

1. Advertências

1.1. Esse formulário está sendo apresentado em razão do deferimento, pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do art. 3º do Regulamento de Emissores, do pedido de migração e concomitante adesão ao regime FACIL.

2. Identificação do emissor

2.1. Denominação social
BICICLETAS MONARK S.A.

2.2. CNPJ
56.992.423/0001-90

2.3. Endereço da sede
Rua Francisco Lanzi Tancler, 130 - Distrito Industrial – CEP 13.347-370 – Indaiatuba/SP

2.4. Auditor independente
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CNPJ 10.830.108/0001-65
Data contratação dos serviços: 20/02/2023

Descrição dos serviços contratados: Realizar auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras e internacionais, expressar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, bem como o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Companhias registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Atividades do emissor

3.1. Breve histórico
A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de bicicletas, assim como participação em outras sociedades.

Foi fundada em abril de 1948 sob denominação de Monark Indústria e Comércio Ltda. Em fevereiro de 1951 adquiriu área na Rua Engenheiro Mesquita Sampaio - São Paulo/SP, para onde foram transferidas suas atividades. Em 1962 ocorreu a alteração da razão social para Bicicletas Monark S.A. e em dezembro de 1971 efetuou seu registro de Companhia Aberta na CVM.

Em 2008, a sede da empresa foi transferida para a cidade de Indaiatuba/SP, em imóvel locado.

3.2. Setor de atuação
Indústria

3.3. Atividades desenvolvidas
O emissor tem como atividade a fabricação e comercialização de bicicletas, podendo participar em outras empresas.

3.4. Principais produtos e serviços
Bicicletas de linha adulta e infanto-juvenil.

3.5. Público-alvo do negócio
Público em geral.

3.6. Região de atuação
Todo o território nacional

3.7. Informações adicionais consideradas relevantes

Conforme reportado no Comunicado ao Mercado de 15/09/2025, bem como nas Notas Explicativas do ITR 3º Tri 2025 e da DFP do exercício encerrado em 31/12/2025, ocorreu falha no sistema de segurança de instituição financeira, que permitiu a movimentação indevida de valores da Companhia em 12/09/2025.

As operações ocorreram fora dos padrões usuais da Companhia, que mantém relacionamento com a instituição há várias décadas e por meio dela realiza a maior parte de suas operações financeiras.

Foi recuperado em 2025 e 2026 o montante total de R\$22.426 mil.

A Companhia está avaliando as medidas judiciais para reaver o saldo não devolvido pela instituição financeira, no montante de R\$19.371 mil, devidamente corrigido.

A Companhia não pode assegurar que obterá êxito, total ou parcial, na recuperação desses valores.

4. Administração

4.1. Nome, número de inscrição no CPF e currículo resumido dos administradores

SYLVIO MARZAGÃO – CPF 027.150.588-53

Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração

Data da eleição: 30/04/2026

Data da posse: 30/04/2026

Prazo do mandato: 1 ano

Formação profissional: Engenheiro pela Faculdade de Engenharia Industrial - FEI

Experiência profissional nos últimos cinco anos: Diretor Presidente da Bicletas Monark S/A, membro do Conselho de Administração de Bicletas Monark S/A, sócio administrador das empresas Monark Participações Ltda, Dyon Participações Ltda, Elsol Participações Ltda. e SME Participações Ltda.

ORLANDO NUCCI FILHO – CPF 007.440.878-05

Diretor

Data da eleição: 30/04/2026

Data da posse: 30/04/2026

Prazo do mandato: 1 ano

Formação profissional: Engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Pós-graduado em Administração de Empresas - Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional nos últimos cinco anos: Diretor de Bicletas Monark S/A

EDUARDO BOCCUZZI – CPF 022.510.688-48

Membro do Conselho de Administração

Data da eleição: 30/04/2026

Data da posse: 30/04/2026

Prazo do mandato: 1 ano

Formação profissional: Advogado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Experiência profissional nos últimos cinco anos: Sócio de Boccuzzi Advogados Associados e membro do Conselho de Administração de Bicletas Monark S/A.

PAULO MARZAGÃO SOBRINHO – CPF 069.004.458-53

Presidente do Conselho de Administração

Data da eleição: 30/04/2026

Data da posse: 30/04/2026

Prazo do mandato: 1 ano

Formação profissional: Administrador de empresas - Escola Superior de Administração de Negócios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduado em Administração - Fundação Getúlio Vargas. Experiência profissional nos últimos cinco anos: Sócio gerente da Premier Consultoria e Administração e presidente do Conselho de Administração de Bicletas Monark S/A.

4.2. Descrever a política ou prática de remuneração dos administradores e seu valor global no último exercício, segregando as informações por órgão e por componentes fixos e variáveis da remuneração

A remuneração dos administradores do emissor visa oferecer compensação às suas atribuições e responsabilidades do cargo, adequadas ao setor em que atua, o volume de suas atividades, sua estrutura organizacional e possibilidades econômico-financeiras.

A finalidade da política e das práticas de remuneração da empresa consistem no (i) alinhamento de interesses entre administradores e acionistas, de forma a compartilhar retornos e riscos da empresa; e (ii) reconhecimento da contribuição dos administradores, com base em referências de mercado.

Tendo em vista tais objetivos, a empresa adota um plano de remuneração diferenciado, incluindo o emprego de medidas de criação de valor para determinar os benefícios e as metas de remuneração variável, detalhado nas tabelas abaixo.

A verba total de remuneração da Diretoria e Conselho de Administração é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas e distribuída pelo Conselho de Administração.

Os objetivos dos elementos que compõe a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, são os seguintes:

- **Remuneração do Conselho de Administração**

Fixa: montante mensal que tem por finalidade refletir os padrões de mercado, sendo constituído exclusivamente de honorários, com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de membro do Conselho de Administração.

Remuneração Variável: não há remuneração variável.

- **Remuneração da Diretoria**

Fixa: montante mensal pago com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de diretor. A remuneração fixa da Diretoria inclui salários e benefícios como assistência médica.

Os benefícios têm por objetivo refletir os padrões verificados no mercado e reconhecer a contribuição dos executivos.

Variável: a remuneração variável compreende a participação nos resultados, prevista no Estatuto Social da Companhia, que contempla até 10% do lucro líquido a critério do Conselho de Administração.

A remuneração variável tem por objetivo alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia.

Forma por meio da qual a política e práticas de remuneração se alinham aos interesses de curto e médio prazo da companhia.

A política e as práticas de remuneração da companhia buscam convergir os interesses de curto e longo prazo da companhia e os dos acionistas.

A proporção de cada elemento na remuneração total pode ser observada no quadro abaixo, relativo ao último exercício:

2025						
Item da Remuneração	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Total	
Quantidade	3		2		5	
Rendimentos Fixo	192.000,00	100,00%	648.000,00	38,76%	840.000,00	45,06%
Benefícios	-	0,00%	524.000,00	31,34%	524.000,00	28,11%
Remuneração Indireta	-	0,00%	500.000,00	29,90%	500.000,00	26,82%
Total	192.000,00	100,00%	1.672.000,00	100,00%	1.864.000,00	100,00%

A empresa não possui comitês ou estruturas organizacionais assemelhadas de auditoria, de risco, financeiro, de remuneração ou outras.

Com relação à remuneração variável, no último exercício, tivemos:

Ano	Lucro Líquido	Gratificação	%
2025	59.047	500	0,85%

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

4.3. Informações adicionais consideradas relevantes
Não temos informações adicionais relevantes.

5. Controle e quadro societário

5.1. Nome e número de inscrição no CPF ou CNPJ de todos os acionistas com participação superior a 5% (cinco por cento)

Controle e quadro societário

BICICLETAS MONARK S.A.						
Identificação	CNPJ	TIPO	NACIONALIDADE	Quantidade ações	Percentual participação	Acionista controlador
ELSOL PARTICIPACOES LTDA	50.285.360/0001-55	PESSOA JURIDICA	BRASIL	39.972	8,7899	SIM
SEB FORVALTNINGS AB	52.298.098/0001-09	PESSOA JURIDICA	SUÉCIA	45.475	10,0000	NÃO
MONARK PARTICIPACOES LTDA	57.038.101/0001-79	PESSOA JURIDICA	BRASIL	288.598	63,4630	SIM

ELSOL PARTICIPACOES LTDA						
Identificação	CNPJ / CPF	TIPO	NACIONALIDADE	Quantidade ações	Percentual participação	Acionista controlador
SYLVIO MARZAGÃO	027.150.588-53	PESSOA FISICA	BRASIL	7.718.059	60,82	SIM
SME PARTICIPAÇÕES LTDA	45.873.676/0001-28	PESSOA JURIDICA	BRASIL	4.971.941	39,18	SIM

SME PARTICIPAÇÕES LTDA						
Identificação	CNPJ / CPF	TIPO	NACIONALIDADE	Quantidade ações	Percentual participação	Acionista controlador
SYLVIO MARZAGÃO	027.150.588-53	PESSOA FISICA	BRASIL	34.137.931	100	SIM
PAULO MARZAGÃO SOBRINHO	069.004.458-53	PESSOA FISICA	BRASIL	1	0	SIM

MONARK PARTICIPACOES LTDA						
Identificação	CNPJ / CPF	TIPO	NACIONALIDADE	Quantidade ações	Percentual participação	Acionista controlador
DYON PARTICIPAÇÕES LTDA	51.191.997/0001-45	PESSOA JURIDICA	BRASIL	40.241.983	100	SIM
SYLVIO MARZAGÃO	027.150.588-53	PESSOA FISICA	BRASIL	17	0	SIM

DYON PARTICIPAÇÕES LTDA						
Identificação	CNPJ / CPF	TIPO	NACIONALIDADE	Quantidade ações	Percentual participação	Acionista controlador
SME PARTICIPAÇÕES LTDA	45.873.676/0001-28	PESSOA JURIDICA	BRASIL	22.484.000	55	SIM
SYLVIO MARZAGÃO	027.150.588-53	PESSOA FISICA	BRASIL	18.396.000	45	SIM

5.2. Informações adicionais consideradas relevantes

Não temos informações adicionais relevantes.

6. Oferta

Não temos ofertas públicas.

7. Fatores de risco

7.1. Fatores de risco ligados ao emissor

O objeto social da companhia consiste na fabricação, comércio, importação e representação de veículos, motores, máquinas, aparelhos, suas partes integrantes e seus acessórios, produtos e artigos de uso comum, industrial, profissional e doméstico, serviços de manutenção, consertos e assistência técnica, tendo se limitado ao produto bicicleta e suas partes. Está, portanto, sujeita aos riscos de concorrência de mercado de fabricação e comércio relacionados com o objeto acima.

Os preços praticados no mercado por importadores, pequenos e micro montadores espalhados por todo território nacional, não compatíveis com os custos de produção e a grande carga tributária, podem inibir as vendas reduzindo o resultado operacional que eventualmente pode passar a ficar negativo.

O pagamento de dividendos pela companhia a seus acionistas tem dependido muito de rendimentos oriundos de aplicações financeiras.

A queda das taxas de juros vigentes no mercado de captação terá como consequência a redução das receitas financeiras provenientes de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

As condições econômicas e políticas do país e as políticas governamentais e econômicas brasileiras podem eventualmente afetar de forma negativa (i) a receita líquida da companhia, (ii) seu desempenho financeiro,

e, (iii) a demanda pelos valores mobiliários da companhia, sendo certo que podem influenciar nos negócios da companhia, fatores como: taxas de juros; inflação; políticas tributárias; flutuações nas taxas de câmbio; políticas de controle cambial; e outros acontecimentos políticos e econômicos que afetem o país.

A capacidade da companhia de implementar a estratégia de negócios depende de uma série de fatores e não se pode garantir que quaisquer desses objetivos sejam integralmente atingidos, uma vez que dependem de condições econômicas e políticas de mercado e de níveis de concorrência favoráveis à companhia.

7.2. Fatores de risco ligados à oferta

Dispensado por não apresentar oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

8. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

8.1. Descrição sumária da política de gerenciamento de riscos, se houver, incluindo:

a) riscos para os quais se busca proteção

Os principais fatores de risco que a companhia está exposta refletem aspectos estratégicos de sua atividade operacional e não operacional – que, conforme já mencionado representa parte significativa de sua receita. A exposição a tais riscos está inteiramente relacionada ao comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros e a inadimplência de clientes.

Os principais riscos de mercado que a companhia está sujeita no curso normal de seus negócios são relativos a (i) câmbio, (ii) juros, (iii) crédito, (iv) inflação.

Câmbio: O risco cambial da companhia é proveniente da flutuação da taxa de câmbio, considerando que importa componentes da China.

Juros: A empresa está fortemente capitalizada, auferindo volume considerável de receitas financeiras. A queda das taxas de juros vigentes no mercado de captação terá como consequência a redução das receitas financeiras provenientes de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

Crédito: Está relacionado a possíveis perdas com o não recebimento dos valores devidos na aquisição de produtos pelos clientes da companhia ou possíveis perdas relacionadas aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Inflação: Como se sabe, o país já registrou índices de inflação muito altos. Pode-se dizer que a inflação e algumas medidas adotadas pelo Governo Federal no intuito de combatê-la tiveram significativo efeito negativo sobre a economia brasileira, cooperando para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Eventuais medidas tomadas no futuro pelo Governo Federal, como ajustes na taxa de juros e intervenção no mercado de câmbio para ajustar ou fixar o valor do Real em relação ao Dólar, podem ter um efeito desfavorável na economia brasileira e, por conseguinte, sobre os negócios da companhia. Na hipótese do país vivenciar, eventualmente, uma significativa inflação, é possível que a companhia não seja capaz de compensar os efeitos de tal cenário.

b) instrumentos utilizados para proteção

Adicionalmente, cabe ressaltar que a companhia mantém investimentos temporários conforme registrado na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

AÇÕES	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Petrobrás PN	28.930	33.970	34.956
Eletrobrás	1.220	881	1.094
Fundo Bradesco	16.969	12.990	15.299
Outros	109	119	148
TOTAL	47.228	47.960	51.497

O investimento em ações da Petrobrás e do Fundo Bradesco foi feito no início da década de 90, em tempos de instabilidade econômico-financeira do país, como diversificação e alternativa para suas aplicações.

Uma queda dos valores destas ações e fundos não alteraria o resultado do exercício, mas alteraria o resultado abrangente reduzindo o valor do patrimônio.

c) estrutura organizacional e controles internos relacionados ao gerenciamento de riscos

A Companhia não adota estrutura formal de controle de gerenciamento de riscos, por considerá-la desnecessária face ao volume de operações e à inexistência de proteção adequada aos riscos considerados, cabendo à sua Diretoria o monitoramento e avaliação periódica dos riscos, com o objetivo de diminuir ao máximo a exposição aos mesmos.

8.2. Descrição sumária dos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, incluindo indicação de eventuais deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, e, se for o caso, as medidas corretivas adotadas para sanar tais deficiências.

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

O Emissor possui um software integrado de gestão, desenvolvido especialmente para sua atividade. A Contabilidade emite mensalmente relatórios, analisados pela Administração Financeira e Diretoria. Ao fim de cada trimestre são emitidos demonstrativos financeiros, que são submetidos à Auditoria Independente.

b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Contabilidade, Diretoria e Assessoria.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A administração do emissor, que é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, vem discutindo e avaliando mensalmente as informações apresentadas em todos os relatórios gerados pelos setores envolvidos e avaliando métodos de melhora em seus controles. Os setores envolvidos e seus responsáveis são:

Contabilidade – Fabiano Machado

Diretoria – Sylvio Marzagão

Assessoria – Premier Consultoria e Assessoria Ltda.

d) **Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**
Não foram apontadas deficiências no relatório da auditoria independente.

e) **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**
Não foram apontadas deficiências no relatório da auditoria independente.

8.3. Informações adicionais consideradas relevantes
Não há outras informações relevantes a relatar.

9. Processos judiciais, administrativos e arbitrais

9.1. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros

Contingências ativas

Ação declaratória - ordinária nº	Pje 0030968-57.2005.4.01.3400 (2005.34.00.031268-3)
a. Juízo	21ª Vara Federal de Brasília - DF
b. Instância	O processo tramita em 1ª e 2ª instâncias, paralelamente, por conta do Agravo de Instrumento nº 1008065-35.2019.401.0000 - pendente de apreciação e julgamento pelo TRF1.
c. Data de instauração	18/10/2005
d. Partes no processo	Bicicletas Monark S/A e outros Eletrobrás e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Nossos assessores jurídicos atualizaram a estimativa do crédito até 31/12/2025 em R\$ 11.669.543,53. Farão jus aos honorários de sucumbência a serem fixados e honorários de êxito de 15% do valor efetivamente recebido pela empresa.
f. Principais fatos	A ação visa obter o reconhecimento judicial do direito de receber a devolução do empréstimo compulsório da Eletrobrás com correção monetária integral, incluídos os expurgos inflacionários, desde a data da efetivação do empréstimo até a efetiva restituição, bem como receber juros sobre os valores acrescidos da correção indevidamente expurgada. A ação foi julgada procedente, ficando reconhecido a direito da empresa à

	correção monetária do empréstimo compulsório pago sobre a energia elétrica no período de 1987 a 1993. Diante disso, foi requerida a liquidação de sentença para apuração dos créditos dos autores, em conformidade com o título executivo judicial. Os autos foram remetidos à SECAJ, que apresentou crédito em favor da Monark no valor de R\$ 10.793.399,39 em fevereiro/2024. O juiz homologou os créditos apurados pelo Setor de Contadoria Judicial. Contudo, ressaltamos que permanece a discordância com os critérios de cálculo estabelecidos na decisão do ID 115153883, objeto do Agravo de Instrumento nº 1008065-35.2019.4.01.0000, de modo que, em sendo provido o referido recurso, os autores requererão a retificação dos cálculos para adequá-los a decisão que será nele proferida.
g. Chance de perda	Provável de 35% sobre o valor estimado, segundo nossos assessores jurídicos.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não aplicável.

9.2. Informações adicionais consideradas relevantes

O emissor não tem outras contingências relevantes.

10. Recursos humanos

10.1. Número de empregados do emissor

O emissor possui 30 empregados, sendo 9 na área administrativa e Comercial e 21 na área industrial.

10.2. Informações adicionais consideradas relevantes

Não há informações adicionais consideradas relevantes para relatar.

11. Transações com partes relacionadas

11.1. Transações relevantes com partes relacionadas celebradas no último exercício social ou em vigor no exercício corrente, indicando:

- Nome das partes relacionadas
- Relação com o emissor
- Data e objeto da transação
- Saldo existente
- Justificativa para a transação
- Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

PARTE RELACIONADA	ELSOL PARTICIPAÇÕES LTDA
RELAÇÃO COM O EMISSOR	Tem como controlador o controlador indireto e diretor presidente do emissor.
DATA E OBJETO DA TRANSAÇÃO	31/05/2023 – Aluguel de imóvel industrial
SALDO EXISTENTE	R\$ 2.638.195,49
JUSTIFICATIVA PARA A TRANSAÇÃO	Condições apresentadas

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia, ao celebrar acordo ou estabelecer relação comercial, sempre observa as condições praticadas pelo mercado na ocasião.

A transação comercial demonstrada acima, foi realizada com parte independente da Companhia, classificada como parte relacionada, uma vez que a Elsol Participações Ltda. possui como seu controlador o controlador indireto e diretor presidente da Companhia.

A operação comercial refere-se a um contrato de aluguel de imóvel industrial tendo como parte a ELSOL Participações Ltda.

O contrato celebrado com parte relacionada possui todas suas cláusulas de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que se verificaria na hipótese em que a contratação tivesse sido realizada com um terceiro não relacionado com a Companhia, seus sócios ou administradores.

A transação com parte relacionada cumpriu as práticas usuais do mercado e foi realizada com pagamento compensatório adequado do contrato de aluguel, tendo sido cuidadosamente analisado pela administração da companhia.

O valor do aluguel do imóvel locado da Elsol Participações Ltda. foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião de 25/05/2006, após apreciar os laudos de Avaliação elaborados pela Embraesp e pela Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo.

Por solicitação do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, em 08/06/2006, manifestou-se sobre a questão, aprovando por unanimidade a decisão do Conselho de Administração.

11.2. Informações adicionais consideradas relevantes

Não há informações adicionais consideradas relevantes.

12. Capital social e valores mobiliários

12.1. Tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social

- Capital emitido, separado por classe e espécie
- Capital subscrito, separado por classe e espécie
- Capital integralizado, separado por classe e espécie
- Capital autorizado, informando o remanescente para novas emissões, em quantidade de ações ou valor do capital
- Títulos conversíveis em ações e condições para conversão

Tipo de Capital	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
Capital Emitido	454.750	-
Capital subscrito	454.750	-
Capital integralizado	454.750	-
Capital autorizado	-	-
Títulos conversíveis em ações	-	-

12.2. Indicação e descrição das características relevantes de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados
O emissor não emitiu outros valores mobiliários.

12.3. Informações adicionais consideradas relevantes
Não há outras informações relevantes.

13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:

- a) Reviram o formulário FÁCIL.
- b) Todas as informações contidas no formulário FÁCIL atendem ao disposto nos artigos 15 a 20 da Resolução CVM nº 80, de 2022, e, no caso de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, o disposto no art. 38 da presente Resolução.
- c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Declaração

Eu, Sylvio Marzagão, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.422.162 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 027.150.588-53, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores de Bicycles Monark S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.992.423/0001-90, com sede na Rua Francisco Lanzi Tancler nº 130, Distrito Industrial Domingos Giomi, Indaiatuba/SP - CEP 13347-370 ("Companhia"), declaro que:

- (i) Revi o formulário de FÁCIL;
- (ii) Todas as informações contidas no formulário FÁCIL atendem ao disposto nos artigos 15 a 20 da Resolução CVM nº 80, de 2022, e, no caso de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, o disposto no art. 38 da presente Resolução;
- (iii) O conjunto de informações contido no formulário FÁCIL é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos às suas atividades.

São Paulo, 16 de julho de 2026.

SYLVIO MARZAGÃO
DIRETOR PRESIDENTE
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES